Acervo ISA

RORAIMA

Maioria indígena é agredida

Nas serras e no lavrado, eles são maioria. Mas os fazendeiros não querem Makuxi criando gado

A exemplo de Rondônia, penúltima fronteira amazônica que o Governo abriu para lavradores do Sul do País e os especuladores de terras dos grandes centros, o Território de Roraima está sendo oficialmente invadido por colonizações organizadas pelo Incra, que tem assentado não apenas sulistas mas também nordestinos.

Em Rondônia, agora elevada à categoria de Estado da Federação, a ocupação desenfreada da terra provocou a invasão das áreas indígenas com sangrentos conflitos entre lavradores e índios - os primeiros, como sempre, utilizados como bucha de canhão para abrir, nas terras dos segundos, o caminho aos grandes latifundiários. Já em Roraima, que as oligarquias locais de fazendeiros, comerciantes e militares sonham ver também transformado em Estado, a situação é bem mais grave. Apesar da "invasão branca", Roraima é o único Estado da Federação onde a população indígena não pode ser considerada "minoria". Há menos de dois anos, os índios ainda constituíam a terça parte da população do Território: 32 mil, num total de cerca de 90 mil habitantes. E, se não se levasse em conta a população da Capital, Boa Vista (40 mil, sendo três mil índios), se teria, no interior, maioria esmagadora de índios.

Essa significativa população, que já seria suficiente para constituir Roraima "território indígena", está sendo rapidamente cercada, por todos os lados, pelas fazendas e pelas colonizações, além de sofrer o assédio constante de grupos interessados na mineração em terras indígenas - os quais, como os latifundiários, também mandam à frente um miserável exército de batedores, os garimpeiros.

As maiores agressões contra os povos indígenas em Roraima, porém, não vêm sendo praticadas pelos novos invasores - grandes ou pequenos. Na verdade, o cotidiano das violências fica por conta dos fazendeiros que se instalaram no Território há mais tempo — muitos dos quais fazem parte das famílias mais tradicionais de Roraima, que dominam os canais intermediários da política local - já que o principal posto, o de governador, é sempre ocupado por militares, nomeados pelo Governo Federal.

Esses fazendeiros foram, ao longo das últimas décadas, instalando-se em terras indígenas, principalmente dos **Makuxi** e **Wapixana**. Como essas terras nunca haviam sido demarcadas para os índios, os fazendeiros, pagando impostos, passaram a julgar-se donos delas. E, de fato, as benfeitorias realizadas faziam crer aos próprios índios que aquelas áreas tornaram-se, de direito, dos brancos.

As malocas indígenas, dessa forma, acabaram ilhadas entre as fazendas brancas. E os conflitos se tornaram uma rotina, pois os fazendeiros sempre mais estendiam seus pastos e suas plantações em direção das malocas, chegando a cercar, em muitos lugares, o acesso aos rios e às matas, — vale dizer, à pesca, à caça, à madeira.

As tímidas demarcações que a Funai fez, a partir de 1980, visaram muito mais a consolidar a área das fazendas que a garantir um território digno para os **Makuxi** e os **Wapixana**. Apesar das veementes reivindicações desses índios, por um território contínuo, a demarcação consagrou as "ilhas indígenas", diminutas e vulneráveis, e, sobretudo, estimuladoras da desagregação tribal.

UM CASO RECENTE

Na segunda quinzena de agosto, ocorreu em Roraima mais uma grave agressão contra os **Makuxi**, envolvendo, além do fazendeiro Zélio Mota, alguns capangas e quatro policiais militares; e, na cobertura, a Aeronáutica e a Polícia Federal. Os fatos se deram na maloca de Camararém, onde, a exemplo de outras malocas, os **Makuxi** estão organizando uma criação de gado e uma cantina comunitárias.

No início deste ano, os **Makuxi** de Camararém começaram a fazer um retiro para seu gado. Este, aliás, foi conseguido junto à maloca de Maturuca, pioneira nesse projeto, e que está ajudando as outras comunidades a alcançarem também sua auto-suficiência em alimentação. Em junho, porém, o fazendeiro Zélio Mota resolveu impedir os Makuxi de levarem adiante a criação. Tirou do retiro o gado dos índios e colocou o seu próprio rebanho. Os Makuxi de Camararém, entretanto, não se intimidaram, e fizeram o mesmo: tiraram o gado do fazendeiro e recolocaram no retiro as reses da comunidade.

Dia 20 de agosto, Zélio Mota, com Wilson Bezerra e quatro PMs do destacamento de Surumu invadiram a maloca de Camararém. Nesse dia e no seguinte, os PMs, Zélio e outros capangas, prenderam cinco índios: o tuxaua Domingos, Cassiano, Aniceto, Belisio e Damásio (este ficou preso apenas um dia). O fazendeiro, para convencer os índios a não criarem o gado, usou de argumentos variados: ameaçou-os, xingou os padres da Diocese de Roraima, que conseguiram os financiamentos necessários para o projeto de criação de gado, prometeu-lhes carne e leite, se abandonassem o retiro. Ameaçou tocar fogo na casa do retiro e disse para os índios não comprarem mais nas cantinas comunitárias, que ele, fazendeiro, lhes traria mercadorias baratas.

É importante saber que, além dos índios, também suas mulheres foram ameaçadas, tendo respondido com muita coragem às provocações do fazendeiro. Os índios passaram a primeira noite em cárcere privado: a fazenda Bom Jardim, do fazendeiro Jair Alves dos Reis, onde dormiram no chão. No dia seguinte, foram levados de volta a Camararém e obrigados a desmanchar o curral. Um índio teve que conduzir o gado de Camararém para Maturuca. À noite, os presos foram levados para o Destacamento de Surumu. Os policiais fizeram-nos tirar as roupas e dormir nus no chão frio.

No domingo, dia 22 de agosto, o sargento espancou os presos e os obrigou a trabalhar até o meio-dia, brocando, capinando e carregando lixo. No dia seguinte, repetiram-se os trabalhos forçados, de manhã até de noite. Na terça e na quarta-feira foram interrogados e ameaçados. O sargento aplicou "bolos" na mão de Aniceto, por não gostar de uma resposta do **Makuxi**. Ao liberar os presos, na quarta-feira, dia 25, o sargento lhes disse que "sumissem dali e pegassem a estrada de suas casas". Não lhes foi oferecida nenhuma condução e, por isso, fizeram a pé mais de 100 quilômetros, para chegar à maloca.

MOBILIZAÇÃO

Enquanto os índios estavam presos, a comunidade se mobilizou. A esposa do tuxaua Domingos foi a Boa Vista com o tuxaua Jaci, de Maturuca, denunciando as violências ao delegado da Funai. Este, por meio de rádio, deu ordens para a reconstrução do curral e para que o gado fosse levado de volta, de Maturuca para Camararém. Esse trabalho foi feito comunitariamente, por representantes de 13 malocas, totalizando 103 índios, que manifestaram assim sua solidariedade aos irmãos agredidos.

Mas, enquanto os índios agiam, as autoridades primavam pela conivência com a agressão. Dia 31, segundo o relato feito pela Diocese, "quatro capitães do 2º BEF, com o avião da FAB, foram à maloca de Maturuca para apurar os fatos e saber do **levante dos índios**". Dia 1º de agosto chegou outro avião, com um agente da Polícia Federal, um capitão da PM, o advogado da Funai e outra pessoa não identificada. Eles estiveram nas malocas de Maturuca e Camararém. Padres e índios (inclusive os que haviam sido presos e espancados) foram interrogados.

A Polícia Federal "convidou" o padre Jorge e padre Sabino para deporem em Boa Vista, como já haviam feito o tuxaua Jaci, a esposa do tuxaua Domingos e o fazendeiro Zélio Mota. Conforme a nota da Diocese de Roraima, "nesse episódio fica mais uma vez caracterizada a atitude irresponsável e provocatória contra os índios e a atividade da Igreja que visa à evangelização dos mais pobres".

PDS e PMDB contra os índios

Além dos **Makuxi** e **Wapixana**, cujo contato com a sociedade envolvente é bastante intenso, também os **Yanomami** estão sendo fortemente pressionados pelos invasores de áreas indígenas. Em março deste ano, o Ministério do Interior interditou uma área de 7,7 milhões de hectares para os **Yanomami**, entre Roraima e Amazonas. Foi a saída oficial para adiar a criação do Parque Yanomami, reclamada há anos pela opinião pública nacional e internacional. Essa interdição de nada valeu para impedir a entrada de garimpeiros na área dos **Yanomami**.

Segundo denúncia recente de Cláudia Andujar, da CCPY - Comissão pela Criação do Parque Yanomami, a invasão das terras indígenas está sendo promovida pela Companhia de Desenvolvimento de Roraima.

A pressão das oligarquias roraimenses contra a demarcação das áreas indígenas e pelo funcionamento legal dos garimpos uniu inclusive políticos que aparentemente estão em campos opostos. Cláudia denuncia que o PDS está empenhado na abertura do garimpo da serra dos Surucucus (cassiterita), enquanto o PMDB defende a abertura dos garimpos de ouro.

Um exemplo dessa pressão é a "plataforma política" de Parimé Brasil, membro de tradicional família roraimense e candidato a deputado federal pelo PMDB. Num folheto fartamente distribuído no Território, Parimé promete "entrar de chicaca em Brasília" — e, de fato, ao lado de sua foto, há o desenho de u'a mão empunhando um chicote. Três dos quatro pontos da "plataforma" de Parimé Brasil representam abertas declarações de guerra aos povos indígenas:

"Vamos abrir os garimpos. O ouro dos garimpos é nosso e vai trazer uma vida melhor para todo o povo". (Menos para os índios, donos da terra, é claro...)

"A Funai está botando a mão e os pés onde não deve. Vamos limitar a área de atuação da Funai e garantir emprego para milhares de trabalhadores nas fazendas". (Naturalmente, fazendas implantadas em terra indígena. E, para não agredir frontalmente as posições de seu partido, o candidato peemedebista prefere atacar a Funai — embora sua "chicaca" esteja batendo, de fato, nas costas dos índios).

"Brasileiros de todos os pontos do Brasil estão chegando em Roraima (...) Essa gente quer ajudar Roraima a progredir. Vamos abrir os braços aos brasileiros que chegam". (Com essa proposta, que pretende atrair os votos dos colonos recém-instalados em Roraima, Parimé Brasil faz questão de esquecer os "brasileiros" que sempre viveram ali, muito antes da chegada dos atuais "donos" do Território: os povos indígenas).

No folheto de propaganda de Parimé Brasil (que faz dobradinha com Amazonas Brasil, para vereador de Boa Vista), a demagogia barata contra os direitos dos índios, para conquistar votos dos colonos